

AS REPERCURSSÕES DA POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA PARA A INCLUSÃO ESCOLAR

Lissandra Mendes Fraga¹

RESUMO

Neste estudo analisa-se a não efetivação pelo Estado de direitos sociais básicos oriundos das transformações de mercado, tendo como foco as políticas educacionais voltadas à inclusão escolar de pessoas com deficiência. A atual política educacional brasileira e o atendimento dispensado às pessoas com deficiência no Brasil vêm historicamente necessitando de ações de fortalecimento da Escola Pública, de uma democracia com ações e valores verdadeiramente inclusivos.

Palavras-chave: Política educacional; Inclusão escolar; Estado.

ABSTRACT

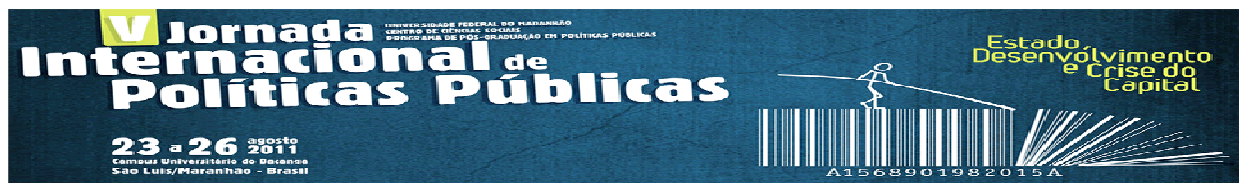
This study analyzes the effectiveness of the State in social basic rights that resulted from the transformation on commerce, focusing on educational politics aimed at inclusion of people with disabilities. The current Brazilian educational politic and the care provided to people with disabilities in Brazil have historically requiring actions to strengthen the Public School, a democracy with actions and values truly inclusive.

Keywords: Educational politics, School inclusion; State.

1. INTRODUÇÃO

A educação escolar no contexto da economia mundializada tem uma importância fundamental na consolidação ou na sedimentação da política social brasileira. O conhecimento educacional é uma importante ferramenta de luta e reivindicação social; esta educação que é

¹ Estudante de Pós. Universidade Federal do Maranhão. lissfraga@yahoo.com.br

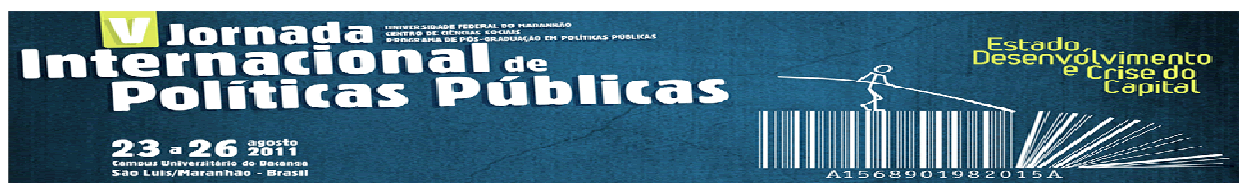


histórica, construída a partir das concepções sócio-culturais de cada período, vem ao longo dos tempos repassando ideologias e refletindo uma imagem proposta por interesses de mercado.

A inclusão social vem sendo definida historicamente de acordo com concepções científicas e ideológicas de cada período, percebe-se na antiguidade a prática do infanticídio dos que não eram considerados perfeitos, mais adiante temos o início das instituições segregadoras que visavam afastar dos meios urbanos as pessoas que não agradavam a sociedade. Com mudanças no cenário mundial de acordo com a evolução do mercado e a necessidade de melhor educação visando produção e consumo, a educação começa a ser pensada de forma mais articulada e as pessoas excluídas educacionalmente tiveram leis que as amparavam.

Nas últimas décadas as discussões sobre a qualidade do ensino tem melhorado significativamente as políticas educacionais, temas como trabalho infantil, prostituição, drogas, evasão e repetência tiveram espaço de estudo e planos que visam suas extinções, passou-se a tratar desses problemas educacionais como questões legais de políticas públicas a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a LDB de 1996, que incumbiu os municípios de zelar pela educação infantil e os primeiros anos do ensino fundamental; temos também a campanha para colocar todas as crianças na escola, a criação dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), a ampliação do ensino fundamental para 09 anos, os investimentos em fundos que melhoram a qualidade da merenda, do transporte, dos materiais didáticos e a formação de professores, bem como suas remunerações; como marcos do início de uma política educacional com olhares voltados às diferenças.

Há duas décadas tínhamos uma inflação altíssima, índices sociais alarmantes, de acordo com o Relatório de Olho nas Metas (2010), uma em cada cinco crianças entre 07 e 14 anos estava fora da escola, apenas 80% dos brasileiros em idade escolar estavam matriculados na escola. Atualmente temos outro retrato, a taxa de alunos entre 06 e 14 anos matriculados foi de 96,6% em 2009. Os fundos propiciaram um maior montante de recursos, a universalização do ensino e a melhoria do acesso, assim, a taxa de analfabetismo vêm decaindo. O cenário é, de fato, positivo, porém já que para sermos desenvolvidos o caminho deve passar por uma boa educação; temos que rever os fatores que ainda impedem esse processo, o número de anos de estudo da maioria da população brasileira e a qualidade do ensino, por exemplo, são diagnosticados como os maiores problemas para o desenvolvimento,



dados do movimento Todos pela Educação (2010) que demonstra que nenhuma unidade da federação atingiu as metas de aprendizagem para todos os diferentes níveis de ensino no ano de 2010.

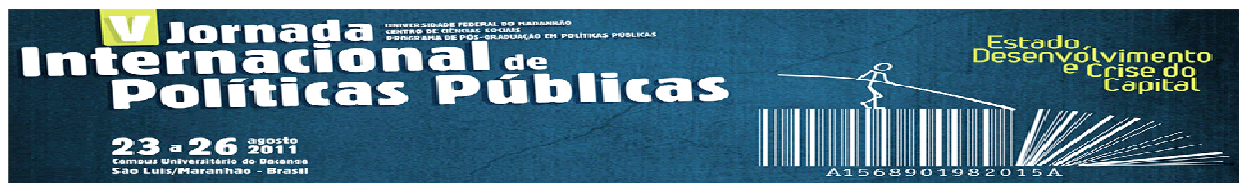
Verifica-se que medidas como o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e da Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) tem tido um impacto bom na educação brasileira mais ainda é necessário maiores recursos e políticas educacionais voltadas para a população mais carente. De acordo com o Censo Escolar (2010), percebe-se que o gasto por aluno é um quarto do investimento nos países desenvolvidos, que o Brasil ainda tem 14,1 milhões de analfabetos e que somente 50% dos alunos concluem a educação básica.

A publicitação proposta pela Reforma do Estado tem permitido uma exclusão de grande parte da população de serviços sociais necessários para minimizar desigualdades marcantes historicamente construídas, as práticas de desrespeito aos direitos humanos fundamentais tem se manifestado inclusive no espaço escolar, este que deveria ter uma função social, vem contribuindo com os interesses do mercado, formando indivíduos apenas para a mão de obra barata. No caso do aluno com deficiência é ainda mais evidente a falta de efetivação das políticas públicas de inclusão escolar existentes.

2. A POLÍTICA EDUCACIONAL INCLUSIVA

O atendimento às pessoas com deficiência no Brasil teve início na época do Império em 1854 com a criação de uma instituição para educar pessoas cegas, porém, não atendiam as reais necessidades da sociedade, pois, as políticas eram assistencialistas com pouco ou nenhum fim educacional, ou seja, desde os primórdios de nossa história temos percebido a luta contra práticas discriminatórias e a criação de alternativas para superá-las. De acordo com Bruno (2006) a deficiência como fenômeno humano individual e social é determinada em parte pelas representações socioculturais de cada comunidade, em diferentes gerações, e pelo nível de desenvolvimento científico, político, ético e econômico dessa sociedade. Não sendo diferente no caso brasileiro.

A partir de um conjunto de transformações e necessidades impostas pela burguesia aos países capitalistas centrais como a generalização da educação escolar; razão de cunho



ideológico assentada nos princípios liberais da individualidade, da liberdade, da propriedade de uma educação pública, gratuita e de qualidade, a qual deverá desenvolver as potencialidades que estão presentes todos os indivíduos; do direito de igualdade fundamentado na concepção de direitos humanos, onde se afirmam diferenças e igualdades como valores indissociáveis garantindo-se assim equidade de direitos e deveres a todos. Surge a perspectiva da Integração e dá-se, então a criação de classes especiais em escolas e institutos.

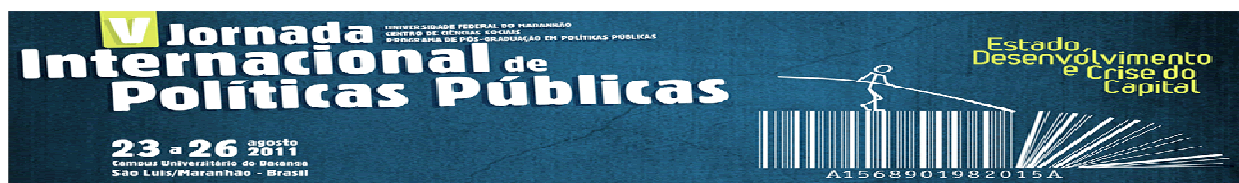
Se o surgimento das primeiras instituições escolares especializadas correspondeu ao ideal liberal de extensão das oportunidades educacionais para todos, aspecto sempre presente na educação especial no mundo moderno, respondeu também ao processo de exclusão do meio social daqueles que podiam interferir na ordem necessária ao desenvolvimento da nova forma de organização social (SILVEIRA BUENO, 1993, p. 64).

Porém, vivemos em uma sociedade neoliberalista que está mais preocupada com o consumidor do que com o bem estar do cidadão, e esta acaba por tomar atitudes como a criação de uma Agenda Neoliberal que tem como atribuições Reformas na questão social que desresponsabilizam o Estado com privatizações e descentralizações dando responsabilidades para a iniciativa privada; assim tem origem no início do séc. XX, a criação de instituições mais assistencialistas que educacionais surgidas devido a Modernização do Estado, nos anos 90 estas se transformaram em Organizações não-governamentais, fortalecendo assim a formação do terceiro setor, e contribuindo mais uma vez com a desescolarização da pessoa com deficiência.

A luta pela “Educação para Todos” e a conseqüente bandeira da escola inclusiva tomam outros contornos quando a educação, vista anteriormente como de responsabilidade pública, passa a ser entendida como foco do processo de publicização. (KASSAR, 2001, p.32)

Muitas foram as legislações que trataram a questão da educacional de modo a conjugar os interesses de mercado e as necessidades da população, a Constituição Federal de 1946 vem tratando da educação como um “direito de todos” devendo ser inspirada nos princípios de solidariedade humana, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1961 demonstra a preocupação do Estado com a Educação Especial, porém é estabelecido uma relação entre o poder público e as instituições privadas no que diz respeito ao ensino regular.

Ao se analisar a proposta explicitada na Lei 4.024/61, podemos dizer que, já naquele momento, a Educação especializada não seria assumida diretamente pelo Estado, ou



seja, não se daria, em sua maioria, na escola pública – mantida e administrada pelo Estado – mas em instituições especializadas de caráter assistencial. (KASSAR, 2001, p.31)

A Constituição Federal de 1988 traz como um dos seus objetivos fundamentais “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação” (art.3º, inciso IV).

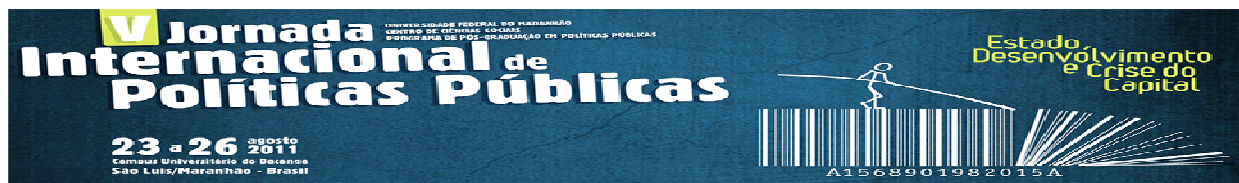
A LDB 9394/96 e decretos posteriores vêm tratando com relevância dos direitos educacionais de pessoas com deficiência; o momento é de Inclusão educacional e respeito às diferenças.

A atual política educacional brasileira tem o Direito à Diversidade como uma de suas principais bandeiras, fundamentada a partir dos pressupostos da Convenção de Guatemala de 1999 com “O direito de todos à educação”, surgem assim, projetos no sentido de incluir todos os grupos sociais historicamente marginalizados pela sociedade, temos então negros, deficientes, mulheres, homossexuais, pessoas com necessidades educacionais especiais, etc., buscando uma educação escolar, e esta ainda não se encontra totalmente aberta às diferenças por questões como: salas de aula super lotadas, baixa auto-estima dos professores, projetos educacionais elaborados fora da realidade sócio-cultural da escola, o pouco recurso destinado pelo poder federal para Estados e municípios, e ainda a corrupção e os desvios destes; estes fatores contribuem para que ainda exista exclusão da inclusão escolar.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) é um dos documentos mais importantes quanto à fundamentação filosófica da educação especial, em suas diretrizes afirma uma educação especial presente em todos os níveis e etapas e modalidades de ensino, com serviços e recursos disponíveis para a consolidação deste processo de ensino, eliminando, desta forma, qualquer barreira à plena participação dos alunos. Porém o acesso, a participação e a aprendizagem garantidos nos objetivos deste documento pouco tem sido respeitado pelos sistemas de ensino.

A escola vem sendo um local onde se percebe a reprodução do que acontece na sociedade, um reflexo dos valores sócio-culturais.

Essas ações pedagógicas tendem sempre a reproduzir a estrutura da distribuição do capital cultural entre esses grupos ou classes, contribuindo do mesmo modo para a reprodução da estrutura social. (BOURDIEU, PASSERON, 2008. p.32)



Fica claro a idéia da escola como um espaço sem fim social, sem objetivos na formação de um sujeito crítico; um espaço que é neutro que não promove equidade de oportunidades, transmitindo conhecimentos conforme as necessidades do mercado. Nestas instituições de ensino prevalecem os interesses da classe dominante, porém a escola e sua estrutura deveriam ser uma oportunidade de ascensão social, ou um meio, um caminho para a esta subida.

A ação pedagógica escolar que reproduz a cultura dominante, contribuindo desse modo para reproduzir a estrutura das relações de força, numa formação social onde o sistema de ensino dominante tende a assegurar-se do monopólio da violência simbólica legítima. (BOURDIEU, PASSERON, 2008, p.27)

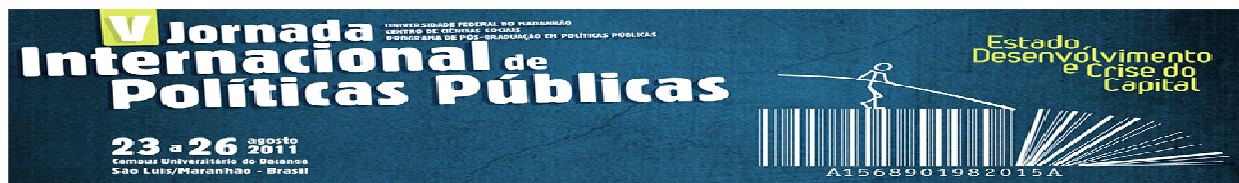
De acordo com o Ministério da Educação a educação especial possibilita a ampliação de oportunidades de escolarização, formação para o ingresso no mundo do trabalho e efetiva participação social dos alunos por ela alcançados, porém, nem todos os bens culturais produzidos vêm sendo acessíveis às pessoas com deficiência, a escola é uma importante porta de entrada para o processo de inclusão social e a partir dela pode-se ir rompendo com as amarras que há séculos vem segregando e excluindo.

Dificuldades para aprender decorrem de questões biológicas, mas também de processos sociais e de escolarização inadequados, ou seja, as políticas sociais contraditórias pouco têm influenciado na melhoria do rendimento educacional, não é somente o grupo dos alunos com deficiência que estão excluídos de uma política de educação inclusiva, todos os educandos, em todos os níveis e etapas de ensino sentem o resultado da crise do capital e conseguinte das arbitrariedades refletidas no Estado.

3. CONCLUSÃO

O Brasil tem avançado em algumas áreas, mas no contexto educacional ainda temos muito a fazer, é importante ressaltar que o país acordou para o fato de que só com ensino de qualidade as portas para o desenvolvimento realmente estarão abertas.

Com a modernização proposta pelas Reformas do Estado não tivemos o fim do caráter assistencialista dado à educação de pessoas com deficiência desde a idade média, o acesso aos direitos sociais continuam com pouca efetivação. A identidade social da pessoa com deficiência teve em períodos remotos, diversas formas de exclusão; mas atualmente



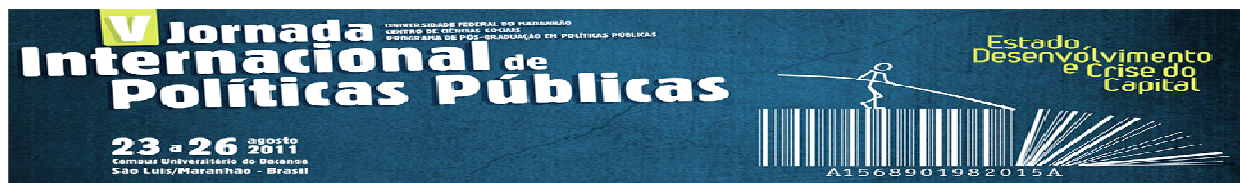
temos desenvolvimento científico, tecnológico e ideológico suficientes para compreender a necessidade da valorização das potencialidades existentes em cada indivíduo, temos também uma legislação que contempla a educação especial em todas as modalidades e níveis de ensino com os apoios necessários à efetivação desta. Cabe, portanto, levar a efeito a política educacional brasileira nos espaços educacionais de forma prática a partir das diretrizes propostas.

O desafio atual da educação brasileira é formar cidadãos de fato críticos capazes de construir uma contra-ideologia desta que vem historicamente ditando o que se deve aprender. Precisamos de políticas de fortalecimento da Escola Pública dos seus profissionais, pois assim podemos ter indivíduos com a indispensável ferramenta do conhecimento, com capacidade para tomar atitudes utilizando seu poder no exercício de uma democracia com ações e valores verdadeiramente inclusivos.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. PASSERON, Jean-Claude. A Reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino. In_ **Fundamentos de uma Teoria da Violência Simbólica**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, (1988). Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1988.



BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

BRASIL. **Censo escolar 2010**. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 26 de dez 2010.

BRASIL. INEP. Todos pela Educação. **Aprendizado é o maior entrave para melhoria da qualidade da educação no Brasil, aponta "De olho nas metas 2010"**. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/sala-de-imprensa/releases/12085/aprendizado-e-o-maior-entrave-para-a-melhoria-da-qualidade-da-educacao-no-brasil-aponta-de-olho-nas-metas-2010>>. Acesso em: 09 de fev 2011.

BRASIL. INEP. Todos pela Educação. **Relatório de Olho nas Metas 2010**. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/comunicacao-e-midia/noticias/12098/veja-a-apresentacao-do-relatorio-de-olho-nas-metas---2010>>. Acesso em: 02 mar 2011.

BRUNO, Marilda Moraes Garcia. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão: introdução**. 4. ed. elaboração. Marilda Moraes Garcia Bruno. – Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006.

BUENO, José Geraldo Silveira. **Educação Especial brasileira: integração do aluno diferente**. 2ª. ed. São Paulo: 1993.

KASSAR, Monica de carvalho Magalhães. Reforma do Estado e Educação Especial: preliminares para uma análise. **Revista de Educação PUC-Campinas**, n. 11, p. 24-34, nov. 2001.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. **Educação especial no Brasil história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez: 1996.